



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lourival Mendes) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária para a apreciação das matérias constantes da pauta nº 15, de 2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para hoje, dia 6 de agosto, terça-feira, às 18 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(É suspensa a reunião.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal, mas, conforme postura adotada por esta Presidência desde o início, nós deliberamos e decidimos que não iríamos discutir o relatório preliminar da LDO até a Câmara dos Deputados se posicionar em relação às emendas impositivas, o que está em deliberação agora na Comissão da Câmara dos Deputados.

Portanto, eu suspendo esta reunião e já a remarco para amanhã às 14 horas, para darmos prosseguimento a esta reunião.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marçal Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizado nas bancadas.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 8 de agosto, às 9 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013, sob as bençãos de Deus.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Nós iniciaremos a pauta de hoje pela apreciação do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 02, de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014, e dá outras providências. O Relator é o Deputado Danilo Forte. Foram apresentadas 55 emendas. O voto é pela aprovação do relatório preliminar, com emendas nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação das Emendas nºs 10 e 24; pela aprovação parcial das Emendas nº 1, 2, 13, 15, 26, 28, 35 e 41; e pela rejeição das demais.

Na continuação da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2013, o Relator apresentou e já leu o relatório preliminar com emendas, o Adendo nº 1 e Erratas nºs 1 e 2. A discussão foi iniciada, durante a qual o Relator, Deputado Danilo Forte, retirou a Errata nº 2, apresentada ao relatório preliminar. Hoje, dia 6 de agosto de 2013, o Relator está com a palavra para apresentação do Adendo nº 2 e da Errata nº 3.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas para poder reiterar: o acordo que fizemos é para votação do relatório preliminar. Quanto às demais matérias que constam da pauta, V.Exa. irá, por sugestão do acordo, transferir para discutirmos e votarmos na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Perfeitamente. O acordo será rigorosamente cumprido. Portanto, nós transferiremos toda a pauta. O Senador Casildo Maldaner veio aqui exclusivamente para relatar a medida provisória, da qual é Relator, mas nós vamos transferi-la para terça-feira à noite.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, dando prosseguimento à discussão do relatório preliminar, nós tivemos o entendimento de buscar o consenso exatamente para agilizar essa votação. Então, diante da construção desse consenso, o relatório preliminar ficou mais enxuto. Nós inclusive já apresentamos as Erratas nºs 1 e 2. Foi sugerida, inclusive, uma Errata nº 3, que passarei a ler:

“Dado o entendimento de que há inconstitucionalidade na previsão de que as receitas dos serviços sociais autônomos sejam incluídas no Orçamento da União, faz-se necessário ajustar o texto do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma da supressão da alínea ‘e’ do item 2.4.4. Parte Especial.”

É exatamente aquela matéria que trata da questão do sistema S. Havia aquela dubiedade com relação à interpretação da análise jurídica do cabimento ou não do sistema dentro da apreciação da LDO. Em função da não conclusão, de uma



análise não conclusiva com relação à inclusão ou não dessa questão, nós acordamos aqui a retirada do item da alínea “e”, do item 2.4.4, da Parte Especial.

O Adendo nº 2 vem no sentido exatamente de fortalecer as emendas das Comissões Permanentes. Como houve a criação de duas Comissões Permanentes no início deste ano aqui na Câmara dos Deputados, e elas ainda não estão incluídas na Instrução Normativa nº 1, de 2006, que rege os trabalhos desta Comissão, para ficar mais clara a participação desta nossa Comissão, nós estamos fazendo o Adendo nº 2, que passarei a ler:

“1) Com o objetivo de permitir às Comissões de Cultura (CCULT) e de Educação (CE) da Câmara dos Deputados que possam apresentar emendas ao PLDO 2014, faz-se necessário o adendo ora apresentado, para ajuste do item abaixo especificado, na forma da seguinte redação:

‘PARTE ESPECIAL.

2.1 Da apresentação e do número de emendas.

2.1.1 Poderão apresentar emendas ao PLDO 2014: parlamentares, bancadas estaduais e comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados, inclusive a Comissão de Cultura (CCULT) e a Comissão de Educação (CE), ambas desta última Casa”.

Ou seja, da Câmara dos Deputados, exatamente porque, com o desmembramento que houve da Comissão de Cultura da Comissão de Educação, é como se tivessem sido criadas duas novas Comissões. Estamos exatamente na busca de atendê-las, já que temos a preocupação de fazer com que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias faça com que o Orçamento de 2014 se aproxime cada vez mais das demandas, das necessidades e da praticidade. Portanto, para dar eficiência e eficácia a esse Orçamento, que ele esteja em consonância com essas Comissões Permanentes, que precisam ser valorizadas e reconhecidas no Poder Legislativo. Então, atendendo a essa demanda, estamos relatando e lendo aqui a Errata nº 3 e o Adendo nº 2.



Por último, Deputados Claudio Cajado, Esperidião Amin, Nelson Meurer e Senador Casildo Maldaner, gostaríamos de aqui acordar a questão dos prazos.

Hoje é dia 8 de agosto. Todos sabemos que a LDO deve ser votada em plenário até a última semana do mês de agosto e que precisamos respeitar exatamente as emendas parlamentares, assim como as emendas das Comissões e das bancadas.

A proposta acordada fixava um prazo de sete dias, até o dia 15 de agosto, para a apresentação das emendas. Findo esse prazo, trabalharíamos de 15 de agosto até o dia 21 de agosto para concluir o relatório substitutivo. Aí teríamos um último prazo, entre o dia 21 até a última semana de agosto, para a votação do relatório da LDO. Com isso, a gente espera ter condições de elaborar uma boa LOA para 2014.

Então, a ideia é exatamente essa, Deputado Raimundo Gomes de Matos: de hoje, dia 08, até o dia 15 haverá prazo para as emendas; e de 15 a 21 de agosto a gente prepara e elabora o relatório substitutivo.

Então, eu gostaria de agradecer a todos os Líderes das bancadas e a todos os Parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, pelo bom entendimento que aqui foi construído. Apesar do retardo do tempo, a gente mostra que está fazendo com maturidade um relatório para a Lei de Diretrizes Orçamentárias capaz de atender às demandas da sociedade brasileira hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Quero fazer o registro de que o Congresso vive um novo momento na sua relação com o Executivo. Isso realmente atrasou um pouco o cronograma desta Comissão. Devido à maturidade dos Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento, em razão dos sucessivos acordos feitos, hoje temos a possibilidade de avançar rapidamente sobre a pauta que está pendente nesta Comissão.

Então, quero agradecer ao Deputado Danilo Forte, assim como a todos os Parlamentares presentes, já submetendo à discussão o relatório do Deputado Danilo Forte.

Em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discuti-lo e estando encerrado o prazo para apresentação de destaques, passo novamente a palavra ao Deputado Danilo Forte para que ele se pronuncie em relação ao pedido de Destaque nº 001, de autoria do Deputado Evandro Milhomen.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o destaque do Deputado Evandro Milhomen, do PCdoB do Amapá, foi atendido exatamente por esse Adendo nº 2, o qual fizemos exatamente reconhecendo esse pleito da participação da Comissão de Cultura como protagonista das emendas ao relatório definitivo da LDO.

Então, é uma preocupação, inclusive, do Partido Comunista do Brasil. A Deputada Jandira Feghali também tinha entrado em contato comigo, e o Deputado Evandro Milhomen, defendendo exatamente essa bandeira da importância de termos também uma política diretiva com relação à cultura brasileira, apresentou esse destaque, o qual já atendemos com o Adendo nº 2.

Diante do exposto, o destaque fica sem necessidade de ir à votação e ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado.

Portanto, o relatório preliminar, os Adendos nºs 1 e 2, assim como as Erratas nºs 1 e 3, estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está, portanto, aprovado o relatório preliminar da LDO para 2014.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, gostaria de parabenizar V.Exa. pelo rigor no início do horário da sessão. Como o cabelo de V.Exa. ainda



está molhado, isso significa que tivemos que fazer um esforço para estar aqui pontualmente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Sempre.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Segundo, ainda que tenhamos feito um acordo para votar não apenas essa matéria, mas também todas as que estão na pauta — e V.Exa. mais uma vez aquiesceu com o que as oposições desejavam que era não poder obstruir a pauta do plenário da Câmara na próxima terça-feira, deixando todas as matérias para terça após a sessão ordinária da Câmara dos Deputados —, eu quero dizer que nós vamos discutir a matéria da LDO no momento em que apresentarmos a discussão das emendas e do mérito da matéria.

Há pontos que o Deputado Danilo Forte já teve oportunidade de receber e ler. V.Exa., Deputado Danilo, não tenho dúvida de que, pelo espírito público e principalmente pelo desiderato que tem à frente desta relatoria e pela sua experiência de homem público, de gestor, haverá de acatar, senão total, em grande parte, parcialmente, as emendas que foram oferecidas a V.Exa. pelo Líder do nosso partido, que integra não apenas o retrato do pensamento dos Deputados do Democratas, mas também do que acreditamos como políticas públicas.

O Brasil precisa, efetivamente, obter uma determinação não apenas de intenções, como está sendo feito através das normatizações jurídicas enviadas para esta Casa pelo Executivo, mas também de metas e objetivos claros que sejam tidos como efetivamente deveriam sê-los: com metas e não só intenções.

Muito do que foi solicitado para que V.Exa. inclua na LDO tem a ver com essa intenção de tornar as metas de superávit primário, de combate à inflação, de diminuição do custeio da máquina pública objetivos claros, inseridos no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como uma forma não de mera intenção, mas como objetivos a serem perseguidos. Só assim nós acreditamos que o Brasil conseguirá controlar os gastos excessivos, diminuir o custeio e fazer o que a sociedade brasileira espera e que as ruas pediram: investimentos na saúde, na educação e na infraestrutura do Brasil.

Nós não podemos deixar de investir. O Brasil não está investindo, está aumentando o custeio da sua máquina, aumentando o custeio da estrutura enorme que o Governo Federal carrega, em detrimento de serviços de boa qualidade,



principalmente nas áreas de saúde, de educação e de transporte público, e dos investimentos que foram fruto da atração de eventos, como a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, por exemplo, que não saíram do papel. Eu digo pela minha cidade, Salvador, cujos recursos de mobilidade urbana, recursos de transporte coletivo não foram investidos. A cidade está completamente órfã desses recursos. Então, nós queremos que os recursos sejam liberados para essas áreas e não para engordar a já pesadíssima e paquiderme máquina federal.

Portanto, gostaria de pedir a V.Exa. que olhe, com cuidado, as sugestões que foram ofertadas pelo Democratas, na pessoa do Líder Ronaldo Caiado, e que, na discussão, V.Exa. se sensibilize com os argumentos que agora expomos.

Logo, vou me reservar, Sr. Presidente, para, na discussão do mérito, poder abordar essas questões, mas, de antemão, já quero parabenizar não apenas a boa vontade de todos, mas também dos partidos que integram a CMO e a Liderança do Governo, que entendeu por bem fazer esse grande acordo, com as sugestões que foram oferecidas, para destravarmos e dar oportunidade de a Comissão trabalhar conforme o nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente Lobão, ao lhe cumprimentar, gostaria de deixar meu abraço e meus cumprimentos ao Relator, Deputado Danilo Forte, para pedir uma excepcionalidade. Conversando com o Deputado Cajado, logo entendi que eu não deveria nem insistir nem levantar uma excepcionalidade nessa MP em que há interesse nacional, em função do FIES, para financiar os estudantes. Estou aguardando e, ao mesmo tempo, quero ver aqueles recursos de 0,5% do Fundo de Participação que o Governo quer pagar aos Municípios brasileiros agora no dia 24 ou 25 de agosto. Foi anunciado aos Prefeitos de todo o Brasil que o Governo quer pagar. Naturalmente, precisamos deliberar sobre isso. É um dinheiro necessário. O Nordeste sofreu muito com as secas. O Norte tem sofrido com enchentes. O Sul teve geada nos últimos tempos, mas eu senti que o melhor é aguardarmos para terça-feira. Se votarmos a MP hoje, vamos



trancar a pauta na Câmara. Aí temos os *royalties* para decidir na terça-feira e outras questões fundamentais.

Então, para não trancar a pauta, vamos votar, pelo acordado aqui, na terça-feira, no começo da noite ou coisa que o valha, porque vai dar tempo. São apenas essas observações que eu queria fazer. Não vou pedir essa excepcionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Senador Casildo Maldaner, que preparou o voto da Medida Provisória com afinco, com dedicação e me comunicou que estava preparado para relatar hoje, mas, respondendo às ponderações dos nossos colegas de que se nós votarmos essas medidas provisórias provavelmente trancaríamos a pauta da Câmara dos Deputados, e sensíveis a esse argumento, nós estamos marcando para terça-feira, às 19 horas, com o objetivo de esvaziarmos definitivamente a pauta desta Comissão.

Tivemos oportunidade de votar hoje o relatório preliminar da LDO. Portanto, estou abrindo prazo de sete dias, a partir de amanhã, encerrando-se no dia 15 de agosto, quinta-feira, para apresentação de emendas.

Queria fazer o registro também de que fica prejudicado o Destaque nº 1, do Deputado Milhomen, conforme lido pelo Relator Danilo Forte, tendo em vista ter sido atendido no adendo nº 2.

Então, tendo sido feitas as devidas comunicações, eu passo a palavra ao Deputado Sávio para que possa fazer sua manifestação. Logo após, Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares. Sr. Presidente, eu quero registrar, por uma questão de justiça, em primeiro lugar, o comportamento extremamente correto de V.Exa., que, nesse período em que estivemos nos preparando para essa votação do relatório preliminar, teve sempre o bom senso de compreender que esta Comissão representa, de uma forma muito clara, aquilo que nós esperamos que ocorra no Parlamento brasileiro, de modo muito especial no Congresso Nacional, que é o diálogo e o respeito entre as divergências de ideias, mas sempre com um objetivo final: a construção de alternativas melhores para o nosso País.



Nessa mesma linha, o nosso Relator, Deputado Danilo Forte, teve a capacidade de fazer conosco uma interlocução saudável. Nós precisávamos não só conhecer bem esse relatório preliminar, mas também preparar o ambiente para emendas que naturalmente virão a partir de agora, dando a ele o formato adequado para a preparação da Lei Orçamentária Anual.

Nós entendemos que não se reside apenas nessa superação, que é histórica ano a ano. O momento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento, provoca um ambiente de maior debate, de buscar construir acordos, mas não é só isso. Nós vemos que há uma série de outras questões que precisarão, doravante, manter esse nível de diálogo, especialmente entre a base do Governo e entre nós que representamos o que há de essencial na democracia, que é a capacidade de divergir sem perder o senso de buscar a construção do entendimento.

Portanto, já vislumbramos para a semana que vem matérias extremamente importantes para o País. Nós sabemos das dificuldades que os Municípios vivem. Nós sabemos que é importante, ainda que não resolva definitivamente, mas é importante que tenham esse alívio momentâneo com esse repasse que já consta da Medida Provisória que o nosso nobre Senador está a relatar, e nós estaremos prontos para manter esse ambiente de diálogo.

Esperamos e temos até uma expectativa muito positiva de que isso se dará de uma forma recíproca por parte do Governo. V.Exa. tem sido um ponto de equilíbrio para isso.

Portanto, eu registro aqui os meus cumprimentos a V.Exa. e, da mesma forma, ao Relator Danilo Forte. Contem com um espírito de entendimento da nossa parte para encontrarmos, o mais breve possível, a solução para as grandes questões que afligem o País e que obrigatoriamente tramitam nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sras. e Srs. Parlamentares, quero igualmente cumprimentar o Presidente Lobão Filho e o Relator Danilo Forte pela



forma como vêm conduzindo os trabalhos da Comissão. É sabido que passamos por algumas dificuldades políticas no tratamento de alguns temas relevantes, dentre eles as emendas parlamentares, efetivamente, que estão sendo tratadas pela Comissão Especial e que depois vão a Plenário. Enfim, de alguma maneira, todos nós temos procurado contribuir na construção de um caminho que consolide esse processo. As dificuldades políticas se acentuaram com a turbulência das ruas que ocorreu, sobretudo no mês de junho.

Quero só chamar à atenção para uma situação atípica ocorrida neste ano, embora tenha ocorrido em outros momentos também, que é o fato de não termos conseguido votar a LDO a tempo e a hora. Eu quero registrar que isso sempre acaba sendo, digamos, um prejuízo para o próprio Congresso Nacional, porque é uma prerrogativa, é um direito do Congresso Nacional poder orientar o Poder Executivo na elaboração do orçamento. Quanto mais tardiamente nós definimos essas orientações, mais dificuldades haverá para incorporar as nossas diretrizes, nossas orientações na elaboração do Orçamento do ano que vem. Felizmente, quero crer, superamos esses problemas. Vamos apresentar as emendas, vamos trabalhar intensamente para aprovar a LDO a tempo ainda de podermos interferir no Orçamento do ano que vem.

Quero também me somar ao Senador Casildo Maldaner e aos Parlamentares que se pronunciaram sobre a necessidade de tratarmos, com urgência, a transferência de recursos para os Municípios. Espero realmente que, na próxima terça-feira, possamos fazê-lo. Os Prefeitos têm reclamado por esses recursos verdadeiramente. Felizmente, a própria economia brasileira está dando sinais de melhoria. A inflação deste mês de julho foi zero, os investimentos também estão sendo retomados gradualmente, há uma perspectiva de que a balança comercial seja melhor, os níveis de emprego na economia estão razoáveis. Acho que tudo isso contribui para que possamos efetivamente produzir uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e tratar o Orçamento de maneira consistente, acolhendo evidentemente todas as contribuições de Parlamentares, inclusive de suas emendas.

Era o que eu gostaria de colocar.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Conforme havia dito anteriormente, nós faremos um esforço concentrado nessa terça-feira para limparmos a pauta desta Comissão. Temos uma série de compromissos com o País, créditos suplementares, medidas provisórias para serem analisadas e votadas por esta Comissão. Tendo essa importante etapa sido avaliada, que é o relatório preliminar da LDO, podemos também nos concentrar nos outros temas da Comissão.

Tenho a honra de passar a palavra para o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator Deputado Danilo Forte, concluída essa etapa preliminar, agora vamos nos aprofundar para valer na apresentação e discussão das emendas. Agora é o momento em que a Comissão passa a discutir com profundidade o País, os investimentos, enfim.

Quero saudar aqui o Senador Casildo Maldaner, meu companheiro, fazendo um pedido à Comissão e ao Senador quanto à Medida nº 613, que abre créditos, inclusive para os Prefeitos, e trata de demais créditos. Se possível termos, gostaria que tivéssemos acesso a esse relatório, que fosse enviado aos membros da nossa Comissão, para que, na terça-feira, pudéssemos votar já com um conhecimento profundo da MP, até para agilizarmos, devido sua importância. Enfim, é uma medida provisória que trata de créditos e é importante que Comissão tenha tempo para sua análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, informo que o Relator já apresentou o relatório à Secretaria e já está disponível na Internet e nos terminais.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Na próxima terça-feira, então, vamos colocar em discussão e em votação essa medida.

Quero dizer a esta Comissão que o PPS vai acompanhar todos os trabalhos com muita seriedade e, para o bem do País, vai apresentar a esta Comissão um relatório que possa realmente contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Cumprimento todos. Seguiremos com os trabalhos na próxima terça-feira.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Sandro Alex.

Não havendo mais quem queira se pronunciar, eu passo a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, meu agradecimento a todos pelos momentos que atravessamos agora na construção desse relatório preliminar. A nossa expectativa é dar continuidade ao relatório definitivo com a construção do substitutivo, ouvindo o máximo possível de companheiros.

Inclusive, dias 19 e 20, depois do prazo das emendas, nós queremos fazer a análise da admissibilidade. Os companheiros estão convocados para me ajudar nessa tarefa, que é difícil, porque, no levantamento preliminar, se cada Parlamentar apresentar duas emendas, vai haver mais de mil emendas, e vamos ter praticamente 48 horas para analisar tudo e fazer o encaixe dentro do que queremos para a construção desse substitutivo.

Vamos contribuir, sim, para que o relatório do Orçamento se aproxime cada vez mais da realidade brasileira e deixe de ser uma peça de ficção, porque vivemos um momento em que há cada vez mais questionamentos com relação à aplicação dos recursos com qualidade nas áreas de educação, saúde, segurança e cultura. Inclusive, o Deputado Milhomen apresentou destaque, o qual nós incorporamos ao relatório.

É necessário que entendamos que é exatamente no Orçamento que vamos dizer de onde sairá o dinheiro. À preocupação da Presidenta Dilma colocada que às vezes se cria despesa e não se sabe de onde vem o dinheiro quem tem que dar resposta é esta Comissão, quem tem que dar resposta somos nós. Nós é que temos que estudar com profundidade esse Orçamento, sabendo o tamanho do nosso limite, para que não caiamos em aventuras de sair por aí anunciando programas inviáveis ou estabelecendo metas e prioridades que não podemos alcançar.

A nossa tarefa é sublime e superior, porque a peça orçamentária é a mais importante do Legislativo no sentido de que vai dar à Nação a conformidade entre o que o País precisa para continuar crescendo e a retomada do crescimento



econômico, bem como a contribuição para ampliação da inclusão social que conseguimos construir nos últimos 10 anos.

Isso tudo é oriundo única e exclusivamente do Orçamento da União, o que só aumenta a nossa responsabilidade e o nosso compromisso. Para isso, espero contar com a contribuição de todos. Espero que cumpramos o prazo para que até o dia 15 possamos apresentar as emendas. As Comissões precisam estar informadas desse prazo, porque cada Comissão tem o seu ponto específico que precisa ser discutido.

Ontem mesmo, na Comissão de Saúde, tivemos um debate inicial importante com relação à questão dos recursos para a saúde pública do País. O Ministro Padilha esteve conosco ontem, discutindo o programa Mais Médicos, que é importante, é uma reivindicação antiga de todas as comunidades.

Eu, quando fui Presidente da FUNASA, fiz um levantamento e constatei que o Brasil na época tinha 1.100 Municípios que não tinham um médico sequer. Se já é agonia a falta de um médico num hospital da capital, imagine a de um Município que nunca teve um médico para prestar um serviço. A gente precisa dar avanços e contribuir para a resolução desse problema.

Eu acho que esta Comissão tem maturidade para fazer um bom relatório e construir soluções para atender ao que o povo está pedindo democraticamente nas ruas. É um direito de o povo ir à rua? É! É um direito ele se manifestar? É! Mas é importante que nós, como seus representantes, compreendamos as reivindicações e procuremos resolvê-las — e a resolução delas passa necessariamente pela boa construção do Orçamento.

Espero contar com todos para que possamos produzir, se Deus quiser, até o dia 21, o relatório definitivo da LDO para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu cancelo, neste momento, a realização da reunião extraordinária que estava marcada para hoje, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 2 da Câmara dos Deputados, e suspendo os trabalhos desta Comissão, convocando a continuação desta reunião ordinária para terça-feira, dia 13 de agosto, às 19 horas, neste plenário.

Muito obrigado.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, e, conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de junho de 2013; 4ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 18 de junho de 2013; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18 de junho de 2013; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de junho de 2013; e 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 de junho e 2, 3, 4, 9, 10 e 16 de julho de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero pedir a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dispensada.

Então, as atas estão em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.



Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

Eu quero registrar que, a pedido desta Comissão, o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, concedeu-nos 10 minutos para que possamos fazer as nossas votações, antes de S.Exa. iniciar a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, porque vai haver uma importante votação, a do orçamento impositivo, neste momento no plenário da Câmara. Por isso, vamos acelerar um pouco os nossos trabalhos.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 616, de 2013, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Fiscais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner, que está aqui presente.

A essa matéria foram apresentadas seis emendas. Em 7 de agosto de 2013, o Relator solicitou a retirada do relatório da Medida Provisória nº 616, entregue em 20 de junho de 2013, considerando que apresentou um novo relatório para a referida medida provisória.

O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 6.

O Relator, Deputado Casildo Maldaner, está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Caro Presidente, Deputado Lobão, caros colegas, conforme disse o Presidente da Comissão, a Comissão Mista



de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apreciará a Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que *“abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica”*.

O Poder Executivo é o autor dessa matéria, e nós fomos incumbidos de fazer esse relatório.

Em síntese, o relatório diz que se trata de empréstimo de 1,8 bilhão, mais ou menos, que é do FIES, para estudantes carentes que precisam financiar os estudos, e de 1,5 bilhão de reais, para atender a compromisso do Governo com os Municípios brasileiros, montante anunciado na última jornada dos Municípios. Ela anunciou 3 bilhões, sendo que 1,5 bilhão agora, em agosto, e 1,5 bilhão em abril. Os critérios são aqueles do Fundo de Participação dos Municípios. Todos eles serão contemplados.

É necessário que esta Comissão tome uma posição para que, depois, a Câmara e o Senado possam votar essa matéria. Nós não a votamos na semana passada em função de que há uma MP trancando os trabalhos da Câmara. Como vamos votar agora, acredito que amanhã, talvez, possamos apreciar essa pauta.

Sr. Presidente, a Câmara tem uma medida provisória trancando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Podemos votar.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Podemos votar? Melhor ainda, então. Esse é o anseio dos 5 mil e poucos Municípios do Brasil. Só não vão ganhar um quinhão, porque está todo mundo nesta situação: é o Nordeste com a seca, ou é o Norte com enchentes, ou até o Sul, agora com geadas. Quer dizer, todo mundo está numa expectativa muito grande para receber essa partilha.

Com base no art. 62 da Constituição, a Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 39, de 2013, a Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que *“abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica”*.

O crédito extraordinário tem por finalidade atender ao subtítulo constante da seguinte categoria de programação, conforme anexo que a integra.



Consulto a assessoria técnica da Comissão se é compulsória a leitura de todo o relatório. *(Pausa)*

Então vou acelerar, porque são diversas folhas. A síntese era aquilo que eu estava dizendo: é para financiar o FIES e para atender aos Municípios. Esse é o resumo.

Quem sabe, então, eu possa partir para o voto.

Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 4.432.125.346,00, para o fim que especifica:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 3º. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Então, são quatro bilhões e poucos reais: dois bilhões novecentos e poucos reais são para o FIEES, e um bilhão e meio de reais para atender aos Municípios.

Este é o relatório, Sr. Presidente, que trago a V.Exa. e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Em conformidade com o § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, Deputado Cajado.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, nós estamos demonstrando, com a votação desta MP, uma enorme boa vontade com o Governo — enorme, porque veja V.Exa. que o crédito original era no valor de R\$2.932.125.346,00, com a finalidade específica de atender ao financiamento do ensino universitário para a população mais carente do Município. Agora, nós vamos votar uma medida que foi acrescida por emenda de Relator para 4 bilhões de reais, alguma coisa assim, com 1 bilhão e meio de reais a mais.

Obviamente, isso demonstra que o Governo — e nós não podemos deixar de pautar esta crítica contundente — é absolutamente incapaz de cumprir com o que diz. Este acréscimo é fruto de um entendimento, e nós temos que ressaltar isso. Legalmente, não se poderia acrescentar esse valor sem comprometer o mérito da legalidade da MP, porque não cabe ao Relator ampliar recursos.

Nós o fazemos para atender aos Prefeitos do Brasil afora, que, na Marcha dos Prefeitos, ouviram da Presidente, em palavras turvas, porque S.Exa. se comunicou muito mal naquele dia, que iria dar uma ajuda aos Prefeitos, que estão de pires de mão, assumindo ônus e encargos que não são de sua competência, e, sim, do Governo Federal e do Governo do Estado.

Então, essa merreca — V.Exa. é do Nordeste e sabe que merreca é um valor ínfimo — é oferecida aos Prefeitos. E mesmo essa merreca nós vamos ter que aprovar, porque qualquer ajuda aos Prefeitos já será enorme e importante, diante da penúria que vivem os Municípios brasileiros, em especial no meu Estado, a Bahia, no Estado de V.Exa. e no do próprio Relator, Senador Casildo Maldaner.

A centralização dos recursos no Governo Federal é algo extravagante, extraordinário, e que fulmina de morte o espírito da República Federativa do nosso País. Teríamos que repensar a Federação.

É em bom momento que o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, coloca em pauta essa discussão, porque não podemos mais conviver com essa repartição de recursos em que o Governo Federal tem tudo e os Estados e Municípios têm muito pouco, principalmente os Municípios.

Portanto, eu quero ressaltar essa postura, porque, graças às oposições, estamos fazendo valer o discurso da Presidente Dilma. Não houve condições de, há mais de 30 dias, organizar o seu Governo para editar esta medida provisória,



atendendo ao que fora dito aos Prefeitos que estão esperando esses recursos, que esperamos sejam pagos ainda este mês de agosto ou, quiçá, em setembro, como está na programação.

Portanto, não tenho nada contra o Senador Casildo, que está numa missão partidária, numa missão de Governo, mas tenho que ressaltar que isso é uma excepcionalidade que não deve voltar a ocorrer. O Governo tem que mostrar competência e capacidade de gestão para dizer e agir conforme determina a legislação brasileira. É um absurdo isso. Nós não vamos prejudicar os Prefeitos brasileiros por uma completa falta de organização, planejamento e capacidade de ação do Governo Federal.

Dito isso, vamos orientar o voto “sim”, porém ressaltando e lamentando a forma como o estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado. V.Exa. sempre me surpreende, está sempre atento e estudando o dever de casa. Pensei que V.Exa. não iria perceber o que ocorreu. Agradeço o patriotismo de V.Exa., a preocupação com os nossos Prefeitos.

O Deputado Cajado está absolutamente correto. Apesar do posicionamento de oposição ao Governo, anui com um projeto que beneficia a todos os Municípios brasileiros. Nós aqui do Parlamento estamos dando a nossa contribuição forte, a fim de que esse recurso chegue aos Municípios e aos Prefeitos, para que eles possam, neste momento de dificuldades municipais, enfrentar, com um pouco mais de reserva de caixa, seus problemas na educação.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Presidente, gostaria só de lembrar que, há 7 anos, foi concedido aos Municípios — tive a oportunidade, naquela época, de ser, ou melhor, de estar Prefeito — 1% do FPM, sem determinar valores. Foi isso que salvou os Municípios brasileiros naquela época. Infelizmente, depois de 7 anos, vêm novamente menos recursos do que o montante concedido em atendimento de socorro aos Municípios que, naquela época, não estavam diferentes dos centros de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.



O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovado por unanimidade.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam também permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado também por unanimidade.

Passamos ao item seguinte da pauta, que é a apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 33/1992-CN, que *“encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1991”*.

Não estando presente o Relator, Senador Jayme Campos, passo a relatoria novamente ao Senador Casildo Maldaner, para que possa fazer a leitura do relatório.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de decreto legislativo. O voto é pelo arquivamento da matéria, sem apreciação do mérito, por não ser mais...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, questão de ordem: vou pedir a retirada de pauta desse item ou uma solicitação de vistas para que nós possamos analisá-lo. A informação que temos, apesar de o Senador Jayme Campos ser do partido, é que houve um voto inconcluso do Ministro em relação a essas contas. Então, se V.Exa. permitir...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O PSDB acompanha a mesma posição, Sr. Presidente, no sentido da...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe-me só fazer aqui um esclarecimento com o Deputado Cajado. Não há pedido de vistas em apreciação para esse tipo de relatório. O que poderia existir, não havendo consenso, é nós o retirarmos de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Podemos retirá-lo de pauta, porque a de 1990 também não veio. Então, seria conveniente que votássemos primeiro a de um ano, para...



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, atendendo carinhosamente ao delicado pedido do Deputado Cajado, eu vou retirar o projeto de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós hoje estamos bem sintonizados! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agora, volto ao Deputado Nelson, que ficou me olhando ali, triste, porque pensou que ia relatar.

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referentes aos seguintes períodos de 2009: Mensagem nº 93, de 2009, terceiro bimestre; Mensagem nº 135, de 2009, quarto bimestre; Mensagem nº 188, de 2009, quinto bimestre; Mensagem nº 199, exercício de 2009.

O Relator é o Deputado Gonzaga Patriota, que vota pelo arquivamento da matéria.

Na ausência do Deputado, passo a palavra ao Deputado Nelson, para fazer a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu peço licença para ler o voto dessas mensagens, porque já é do conhecimento desta Comissão o relatório.

Os relatórios bimestrais de avaliação de receita e despesa informam sobre as revisões de projeções e norteiam as medidas necessárias para que o Governo Federal ajuste seus gastos de forma a cumprir a meta de resultado fiscal constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Findo o exercício de 2009, as metas propostas foram cumpridas mediante a faculdade de abatimento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento, conforme art. 3º da Lei nº 12.053, de 2009. Recomendo o arquivamento dos processos.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

O relatório agora está em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado por unanimidade.

Coloco-o agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Também aprovado no Senado Federal.

Passamos agora ao próximo item da pauta.

Farei uma consulta ao Plenário desta Comissão. Nós temos agora, no próximo item da pauta, cinco itens do mesmo Relator, Senador Casildo Maldaner. São todos referentes ao mesmo assunto, que é cumprimento de meta de superávit primário. Portanto, eu perguntaria ao Plenário se há alguma objeção a fazermos essa votação em bloco. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, passo a ler o *caput* de cada apreciação.

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, sobre relatórios de Avaliação do Cumprimento da Meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mensagem nº 137/2008-CN e Mensagem nº 19/2009-CN).

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, sobre relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos seguintes quadrimestres de 2010 (Mensagem nº 46/2010-CN, primeiro quadrimestre; Mensagem nº 134/2010-CN, segundo quadrimestre; e Mensagem nº 13/2011-CN, terceiro quadrimestre).

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, sobre relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos períodos de 2011



(Mensagem nº 39, do primeiro quadrimestre de 2011; Mensagem nº 98, do segundo quadrimestre de 2011; e Mensagem nº 14, do exercício de 2011.)

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, sobre relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos seguintes períodos de 2012 (Mensagem nº 56, do primeiro quadrimestre de 2012; Mensagem nº 102, do segundo quadrimestre de 2012; e Mensagem nº 16, do exercício de 2012.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner. O voto é pelo arquivamento das matérias.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, caros colegas, na verdade, como consta do cabeçalho e foi dito pelo nobre Presidente, Senador Lobão Filho, todas as apreciações concordam com o superávit primário que aqui chegou e são também pelo arquivamento das matérias. A votação em globo é porque há similitude com elas, são todas na mesma linha.

Então, este é o relatório nosso em relação a essas propostas, Sr. Presidente., concordando com o superávit primário e votando pelo arquivamento das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O relatório agora está em discussão.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, quero deixar claro o registro de que o mundo inteiro acompanhou o mercado financeiro, com todas as edições que vieram ao longo do final do ano passado, com as manobras contábeis que vieram a diminuir em muito a credibilidade do nosso esforço fiscal, a diminuir a credibilidade da política fiscal brasileira. Isso ocorreu reiteradamente, não foi o primeiro nem o segundo ano em que se deu. Mas, no ano passado, ficou claro que houve uma ginástica que comprometeu, sobretudo, a confiança do mercado internacional na qualidade e na seriedade da condução da política fiscal brasileira.

Portanto, este registro precisa ser feito no sentido de deixar claro que essas medidas contábeis diminuíram em muito a força que foi colocada ao longo dos



últimos anos, sobretudo a partir de 1994, com a implantação do Plano Real. Quero lamentar e deixar registrado esse fato, para constar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bruno.

Com a palavra, primeiro, o Deputado Cajado, que pediu pela ordem. Depois...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Cedo o lugar ao Deputado Bittar, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Cede, com o maior prazer.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero me referir às palavras do nobre Deputado, meu amigo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - ... Deputado Bruno Araújo, que fez comentários sobre a forma como o Governo alcançou o superávit primário no ano passado. Ainda que se possa questionar este ou aquele item incluído nos vários itens que compuseram o resultado primário, o fato real é que nós continuamos com uma política fiscal absolutamente sólida em nosso País. A medida disso é a relação dívida líquida sobre o PIB, efetivamente. A relação dívida líquida sobre o PIB, que chegou a 50%, 60%, hoje está próxima de 35%, ou até menor. Eu não tenho o número aqui à mão, mas essa é a ordem de grandeza. Então, é importante que se registre isso. Continuamos a ter uma prática de solidez fiscal.

Em segundo lugar, em momentos como este, em que a economia internacional atravessa um período de crise reconhecida — crise europeia, diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa, dificuldades da economia americana, que vêm desde 2008, etc. e tal —, é natural que a economia brasileira também caminhe de maneira mais lenta, ainda que o nosso PIB continue a crescer, e é natural que o Governo procure ampliar seus gastos, sobretudo em investimentos, buscando estimular o crescimento da economia, a manutenção da política de empregos e parâmetros econômicos que sejam sólidos e estáveis, verdadeiramente.

Continuamos com parâmetros sólidos. Há muitos economistas que são testemunhas dessa seriedade com que o Governo vem perseguindo seus objetivos. A inflação, que ameaçou também repicar, volta a declinar. Tivemos o índice zero de inflação nesse mês de julho. Ainda que ela possa subir, a taxas menores do que no



passado, ela continuará dentro da meta estabelecida pelo Governo. E continuamos recebendo investimentos, tanto de brasileiros, quanto de investidores internacionais que continuam acreditando na seriedade da economia brasileira.

Então, quero apenas registrar que, ainda que se possa questionar esse ou aquele aspecto do superávit, a economia brasileira e o resultado fiscal continuam absolutamente sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu cedi a vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Cedeu, mas não abre mão.

(Risos.)

Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ele queria falar depois de mim. É isso, é uma velha tática, não só desta Casa, mas que vem desde a época de movimento estudantil.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu aprendi, Deputado Bittar, que o Governo vota, e a Oposição fala, discursa. Mas o Governo aqui quer discutir também. Então, eu acho muito positivo, por isso cedi a vez a V.Exa.

Quero dizer o seguinte: na verdade, está claro que o Governo fez uma tremenda de uma maquiagem, no ano passado, para atingir o superávit. Não há discussão que possa se contrapor ao fato, ou aos fatos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Discordo profundamente, meu amigo, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É evidente que antecipar os dividendos das estatais foi para atingir a meta de superávit. Por que o Governo os antecipou? Por que o Governo maquiou suas contas para atingir o superávit? Porque o Governo gasta em excesso, e gasta mal. Gasta em excesso porque o custeio da máquina pública — podem ver os anos passados — só faz crescer, só faz aumentar. A ideia é que é preciso haver muitos Ministérios. São 39 Ministérios, Presidente, 39 Ministérios. Quantos conseguem executar o seu orçamento? Quantos conseguem investir? O PAC, emperrado; chegamos ao mês de agosto, e as emendas sequer foram liberadas. O ano passado, a execução das emendas de



bancada e de emendas de Comissão foi pífia, e o Governo, para manter a ideia de que tem o controle de suas contas, teve que efetivamente alterar todo seu procedimento contábil.

Por isso, nós vamos encaminhar a votação contrariamente. Não vai haver modificação dos fatos, porque nós estamos votando agora algo que já aconteceu no passado, cumulativamente do ano de 2008 até 2012. Nós temos de demonstrar que essa maquiagem é ruim para o País. É péssima para a imagem do Brasil, porque o mercado analisa números, e, quando se maquam os números, não se consegue disfarçar que se teve que usar o jeitinho brasileiro do governo petista de governar para poder atingir a tal meta.

E não me venham falar aqui que a crise foi a responsável por esses fatos, porque, se formos ver o pibinho do ano passado em relação aos demais países que integram o BRIC, o do Brasil foi o menor deles. A Índia cresceu; a China cresceu; a Rússia cresceu. Em relação à América do Sul e América Latina, o Chile cresceu; até a Argentina cresceu. Então, vejam que o Brasil está dando um péssimo exemplo em relação não apenas aos investimentos que estão sendo feitos para combater a crise mundial, principalmente na linha de crédito, o que está fazendo com que a população que acreditou no Governo, foi às compras e tomou empréstimo, agora, com os juros sendo elevados para controlar a inflação, esteja mais endividada do que nunca.

Esperamos que não haja uma quebradeira de inadimplência para que o sistema bancário não venha a sofrer com o que o Governo promoveu: “*Vamos diminuir os juros*”. O povo acreditou. Foi ao banco, fez seus empréstimos, e agora os juros estão sendo elevados. Portanto, isso é um problema grave.

Quando o Governo maquia suas contas, significa que perdeu o controle. Esse descontrole fica evidente quando se analisam os números. Esses números não mentem. Contra fatos não há argumentos. E nós estamos aqui demonstrando claramente esses fatos.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar contra, com uma demonstração de não concordância com essa postura inadequada, eu diria até, na contramão do que o mercado, a gestão fiscal responsável... Aliás, o PT realmente não foi a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não se consideram



corresponsáveis por uma gestão fiscal responsável, porque votaram contra: *“Não votei, não tenho compromisso e não tenho absolutamente nenhum tipo de entendimento de que devo cumprir. Vamos maquiagem os números, porque vai passar, e é isso mesmo”*.

Tanto é verdade que o Governo mandou um projeto, que ainda não foi aprovado — se depender de nós, não deixamos que seja aprovado —, mudando a meta de superávit primário para uma mera intenção, mera intenção, mudando a LDO. Nós não podemos concordar com isso. Meta é meta, é objetivo a ser perseguido, a ser alcançado. Intenção fica apenas na boa vontade de conseguir algo ou não.

Portanto, nós vamos encaminhar contra, Sr. Presidente. Esperamos que neste ano o Governo se esforce para manter o custeio sob controle, fazendo o que é correto: liberar os investimentos e diminuir o peso excessivo da máquina pública que está fulminando de morte o nosso País, principalmente com relação ao Custo Brasil, que afeta as empresas que querem gerar emprego e renda. Portanto, elas ficam extremamente prejudicadas com o absoluto peso da carga tributária, que não está sendo revertida em benefício da população, haja vista, inclusive, os movimentos sociais nas ruas, que exigem educação de qualidade, que exigem saúde de qualidade, que exigem transporte público de qualidade. Enquanto isso, na contramão, a Presidente diz: *“Vamos fazer uma reforma política”*. Mas o povo quer hospital com UTI, uma saúde digna, principalmente acessível a todos. E não estamos vendo isso no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

Quero registrar também o nosso desacordo com o que acaba de ser sustentado à revelia da realidade, ao arrepio dos fatos, pelo Deputado Claudio Cajado, que sucedeu o Deputado Bruno Araújo. Não é à toa que são dois nobres Deputados de destacada atuação justamente do PSDB e do DEM, que, durante a década de 90, tanto propalaram que as conquistas sociais da Constituição eram penduricalhos e que depois que viram essas conquistas sociais se transformarem



em programas sociais, em políticas públicas a partir do Governo do Presidente Lula, reiteram esse compromisso político de inverter o óbvio.

O povo está na rua pedindo mais saúde pública, mais educação pública, mais segurança pública, mais infraestrutura de transporte nas grandes cidades — coisa que o Governo tem feito. Ninguém pediu para haver menos gasto público; todo mundo pediu para haver mais gasto público. E os nobres Deputados aqui retomam a cantilena da redução de Ministérios, quando muitos indicadores mostram que o custeio de pessoal do maior número de Ministérios do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma é menor do que o custeio de pessoal do pequeno número de Ministérios da era neoliberal.

Qual é o problema? Eles querem acabar com as políticas públicas, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, as políticas para as mulheres, para os quilombolas, para o povo negro, para a agricultura familiar, porque o que tem que rodar de investimento tem que ter servidor público. Nós estamos reestruturando o Estado brasileiro que, na época neoliberal, foi moldado para promover o crescimento da pobreza, do sofrimento do povo brasileiro.

Vejam os indicadores sociais da década que eles governaram — como governaram o meu Estado, a Bahia, o DEM governou —: naquele período só aumentou a pobreza. Os indicadores de geração de emprego, durante os 10 anos de Governo do PT, batem longinquamente a recessão e a estagnação econômica do período do Governo do PSDB e do DEM.

Portanto, para advogar, tentando confundir a cabeça de possíveis incautos que possam encontrar, eles tentam argumentar que o movimento das ruas é pelo retorno das políticas que promovem a pobreza e a estagnação econômica. Querem extinguir Ministérios que promovem a justiça social e que instrumentalizam o desenvolvimento. Ou não foi a retirada do PAC do cálculo do superávit, garantindo investimento na infraestrutura social e logística que, de alguma forma, com o investimento público, permitiu também um cenário de investimento privado e de retomada de atividades econômicas no País, no setor da construção, no setor elétrico, no setor da mineração e em outros setores?

Então, o Deputado Cajado e o Deputado Bruno, obviamente cumprindo suas atribuições de defender um projeto derrotado pelos números da economia e da



inclusão social resultante das políticas do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma e dos partidos aliados, têm que marcar posição. É assim que nós entendemos. Mas temos que registrar que a defesa do oposto ao óbvio, feita por eles, não pode se validar apenas pelo discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, como eu fui citado, gostaria de dizer duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. não foi citado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, nada sobre superávit, ou seja, a maquiagem permanece. Segundo, quem criou os programas sociais foi o Senador Antonio Carlos Magalhães, com o Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Miséria. Criou o Bolsa Família, o Bolsa Alimento, o Bolsa Renda, e chegou o Presidente Lula e criou tudo no Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Durante os Governos do DEM na Bahia, a pobreza só aumentou, Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não vamos fazer aqui uma discussão polemizada entre os dois.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero dizer que nós também tínhamos compromisso com o social e com a responsabilidade fiscal.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Essa merece um quadrinho: foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que criou as políticas sociais no Brasil.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Há um detalhe: com as contas do Brasil auditadas pela empresa Standard & Poor's, rebaixou-se a nota do *rating* do Brasil. Isso significa o quê? Números são isso, Deputado Florence. Não é o número que V.Exa. cita sem apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos continuar. Senão, nós não cumpriremos a determinação de votarmos antes do início da Ordem do Dia.

Portanto, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Está aprovado, com o registro dos votos contrários do Deputado Bruno e do Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Da bancada democrata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Da bancada que os Deputados representam.

Agora coloco o relatório em votação em bloco na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada, por unanimidade, a pauta deliberada.

Também sugiro que seja votado em bloco. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen. Todas são pelo arquivamento da matéria e todas dizem respeito ao relatório gerencial trimestral do BNDES.

Vou ler o *caput* de cada relatório.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 25, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 36, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente o segundo trimestre de 2011.

E, finalmente, a apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 50, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.

O Relator, Deputado Evandro Milhomen, vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado.

(Não identificado) - Eu não sei se foram incluídos outros três relatórios que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estão fora da pauta?

(Não identificado) - Estão.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, então eu vou direto ao voto, não é?



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Vale registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certas dificuldades de exposição no que toca ao cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do disposto legal.

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao Arquivo os relatórios gerenciais trimestrais do BNDES, 2011/2012.

Para o arquivamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Milhomen.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A discussão está aberta.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Se esse é o relatório que informa ao Congresso Nacional o desempenho do BNDES, é importante saber se é esse mesmo relatório que traz as dezenas de bilhões de reais de recursos do Tesouro Nacional e do povo brasileiro que evaporaram com os investimentos do Sr. Eike Batista.

Se essa notícia trazida de um excepcional desempenho do BNDES retrata o prejuízo da população brasileira com empréstimos dessa ordem em negócios em que o povo brasileiro se tornou sócio através de participação do BNDES, trazendo prejuízos enormes a uma fortuna que era comemorada e adotada por parte do Governo brasileiro e que viu naufragar pretensões com investimentos que não se consolidaram com a falta de avaliação que preocupa a capacidade gerencial do BNDES, a não ser que haja absoluta interferência política sobre aquele corpo técnico preparado, que o Brasil respeita, demonstra o tamanho da ingerência política sobre aquela instituição, que levou a esse prejuízo para o povo brasileiro, com a emissão de bilhões em títulos para capitalizar o banco e participar de empreendimentos que naufragaram e levaram à derrocada e ao prejuízo, pelo que nós sabemos, para dar exemplo dos investimentos do Sr. Eike Batista.

É esse o registro que o PSDB faz, além do encaminhamento de que nós vamos votar contra a matéria aludida e trazida a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.



O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, todos nós constatamos as enormes dificuldades das empresas controladas pelo Sr. Eike Batista. No entanto, como bem ressaltou o Deputado Bruno Araújo, o BNDES tem uma equipe técnica de reconhecida capacidade e aplica rigores às vezes considerados por alguns até exagerados para a concessão de operações de crédito e a aceitação de garantias financeiras e garantias físicas reais para a realização de qualquer tipo de operação de crédito, qualquer que seja o grupo econômico.

Não há nenhuma comprovação de que o BNDES tenha realizado operação de crédito com esta ou aquela instituição e que tenha utilizado, como regra fundamental, parâmetros de natureza política, parâmetros menores, verdadeiramente. Não há nenhuma comprovação de que o BNDES tenha sofrido ou venha a sofrer qualquer prejuízo em suas operações de crédito. Eu desafio quem quer que seja a demonstrar aqui que o BNDES tenha realizado qualquer operação que não tenha tido como contrapartida garantias reais e garantias financeiras que deem suporte ao retorno dessas operações de crédito.

Por isso mesmo e até em razão da trajetória virtuosa do BNDES, que saiu, em 2003, de uma carteira de financiamentos de vinte e poucos bilhões de reais para hoje realizar operações acumuladas por ano de 160 bilhões de reais, constituindo-se, senão no maior, em um dos maiores bancos de investimento do mundo, verdadeiramente, por tudo isso, a instituição é motivo de orgulho para todos nós. Nós temos confiança na seriedade técnica, na seriedade com que o BNDES vem conduzindo todo o seu trabalho de fomento ao desenvolvimento econômico deste País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A discussão está encerrada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, Sr. Presidente. Peço a palavra para discutir. Eu pedi a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perdão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado e, depois, o Deputado Bohn Gass.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, Sr. Presidente, o Governo vende ilusões, e nada melhor do que um vendedor de ilusões para representar o Governo do PT, o Sr. Eike Batista, ou o Sr. X, como ele gosta de ser chamado.

O Governo emprestou, através do BNDES, 10,4 bilhões de reais para esse cidadão. O que ele disse? *Olhe, minha gente, eu criei aqui uma empresa, vou furar um poço de petróleo, vou produzir tantos mil barris, vou gerar riqueza, vou gerar renda, vou fazer deste País um oásis de desenvolvimento e de riqueza e serei o homem mais rico do mundo em pouco tempo.* E deu de empréstimo outras empresas que dariam suporte aos poços que ele iria perfurar: porto, empresa de logística e tantas outras.

O que aconteceu? Os poços que ele furou não tinham tecnologia para que houvesse a certeza da exploração e a certeza de que atingiriam os objetivos pelos quais ele recebeu o dinheiro emprestado. Houve falha no projeto — ou má-fé. E houve incompetência do BNDES. Esse dinheiro é do povo brasileiro, para desenvolver econômica e socialmente o nosso País. O BNDES errou!

Eu quero ver as garantias serem efetivadas, sem falar nos milhões de pessoas que acreditaram no empreendimento, porque a chancela do Governo dá caráter de idoneidade a um projeto, e compraram ações da EBX, que hoje não valem nada! Aliás, parece que valem menos do que um desses cafezinhos que servem aqui no Congresso Nacional.

Pode uma coisa dessas, Sr. Presidente? É claro, os Deputados do Rio de Janeiro têm que defender, até porque ele é de lá. No entanto, colocar o BNDES, e não haver uma auditoria rigorosa para se investigar o que aconteceu? Não pode ser assim. O modelo do Brasil está errado! Nós teríamos que copiar o modelo de empréstimo fornecido pelo governo sul-coreano às empresas que lá se desenvolvem, como a Samsung, a Hyundai, a LG e outras, que, ao receberem recursos do governo, têm metas a atingir e prazos a cumprir em seus objetivos.

Aqui no Brasil, não! Basta ser amigo do governante de plantão e montar no papel uma estrutura megalomaniaca de empresa internacional e multinacional, que o BNDES empresta bilhões. Eu quero ver como serão efetivadas essas garantidas. Nós vamos aguardar, e eu quero que os Deputados que aqui o defendem possam



explicar no futuro se essas garantias foram ou não efetivadas, porque nós não podemos continuar nesse modelo. É errado!

Eu cito aqui o modelo sul-coreano, que eu conheço mais de perto, que concede empréstimos importantes e necessários, obviamente, mas com metas para serem atingidos e prazos para serem cumpridos. As empresas de lá que não atingiram essas metas nos prazos previstos por elas próprias não tiveram mais recursos e foram à falência, como aqui a Motors e tantas outras.

Portanto, nós temos que ter uma visão de incentivo econômico diferente daquela a que hoje nós estamos assistindo. Emprestarem bilhões de reais do povo brasileiro para vermos agora a falência de um grupo que demonstrou incompetência gerencial e, mais do que isso, vendeu ilusões porque não atingiram as metas que foram propostas? Isso é muito grave, Sr. Presidente. Se fosse dinheiro exclusivamente da iniciativa privada, como no caso de alguns bancos que investiram muito, como o Bradesco, por exemplo — está na iniciativa privada; é o risco que corre em razão do negócio —, mas dinheiro público ser investido nesses casos é lamentável. E nós não estamos vendo empresas de médio e pequeno porte com acesso aos bilhões que estão sendo dispensados às grandes empresas no nosso País, muitas vezes com recursos mal direcionados.

Quando a Oposição critica, ela o faz porque nós, que somos do Nordeste, enfrentamos uma seca tremenda. Dizimou-se toda a produção rural no nosso País. As matrizes de vacas leiteiras, de gado de corte, de rebanho ovino e caprino foram dizimadas. A população está na miséria. E o Governo tardou a socorrer essa população, que estava e está extremamente prejudicada. Deu recursos paliativos para diminuir os efeitos, as consequências. E a causa? E o programa estruturante para as novas e futuras secas que poderão vir?

Portanto, nós não podemos pensar em desenvolver o Brasil apenas do ponto de vista do empréstimo de dinheiro a empresários que têm acesso fácil ao Governo, muitas vezes na relação do *“Ajude-me na campanha, que eu o ajudo depois no Governo”*, e termos resultados como esse. Que sirva de lição.

Assim, até como demonstração de protesto, nós também vamos votar contra esse relatório.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Colegas Deputados, se isso fosse verdade, nós teríamos um altíssimo grau de inadimplência no BNDES. Mas o BNDES tem um dos mais baixos graus de inadimplência. Portanto, não pode ser verdadeira essa afirmação.

Assim, quero reafirmar que o relatório apresentado aqui, que estamos votando, mostra exatamente eficiência e o rigor. É necessário reconhecer que o desenvolvimento do País, em todos os setores, deve-se à grande presença de investimentos e financiamentos do BNDES.

Eu até quis inscrever-me antes, porque eu ouvi nesta Comissão, 2 meses atrás, que o Brasil ia sucumbir no descontrole da inflação. Nós dizíamos que não era verdade. Aquilo era discurso para a galera. Aquilo era discurso fora da realidade. E hoje nós confirmamos, Presidente Lobão. As afirmações que foram feitas à época pelo DEM e pelo PSDB não se confirmaram. Portanto, eles fizeram previsões erradas, equivocadas, fora da realidade. E hoje nós estamos, felizmente, vendo um Brasil que está...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E o Relatório Focus?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - ... com o seu controle da inflação e que colocou o BNDES diferente do que foi colocado à época. Isso deve, talvez, doer do ponto de vista político. Porque o BNDES estava à disposição de quem no Brasil no tempo dos neoliberais? A financiar a privatização. Aí, sim, nós vamos fazer o debate. O BNDES financiava sabe a quem? A uma empresa, quando se privatizava, quando era vendida. Fazia-se financiamento à empresa que comprava uma estatal. Esse dinheiro, sim, ia para o ralo. Esse dinheiro, sim, não ia para o desenvolvimento. Esse dinheiro, sim, era mal aplicado.

Mas financiar desenvolvimento neste País? Aqui foi dito que não havia dinheiro para o microcrédito, para os pequenos, para o agricultor. O BNDES tem uma linha especial, operada através de outras agências bancárias nos Estados, de microcrédito. O agricultor, que até ontem não podia sequer entrar no banco, até



porque o juro estava muito alto também, hoje consegue. Hoje nós temos inúmeros microcréditos que ajudam a desenvolver este País.

Portanto, nós precisamos aprovar, sim, esse relatório do BNDES. Até porque hoje o BNDES não serve mais à privatização, ele serve ao desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está registrada a discordância do Deputado Cajado e do Deputado Bruno.

Está aprovado.

Em votação agora na representação em bloco do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado, por unanimidade.

Eu pergunto ao Deputado Bruno, como Vice-Presidente desta Comissão, se gostaria de sentar à mesa para tomar parte. *(Pausa.)*

Passando ao próximo item, apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 31, de 2009, que encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório sobre as operações contratadas à linha de crédito do capital de giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, e regulamentada pela Resolução nº 3.635, e ao Ofício nº 32, de 2010, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 1º, de 13 de abril de 2009, o volume de contratação da linha de crédito do capital de giro de 2009.

O Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, aqui presente, vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, ambas as matérias...



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, eu perguntaria a V.Exa. se se incomodaria, da forma como seus antecessores fizeram, se votássemos em bloco o próximo relatório que eu vou ler.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Apreciação também do relatório apresentado ao Ofício nº 33, de 2010, que encaminha, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório sobre as operações contratadas da linha de crédito de capital de giro criada pela Medida Provisória nº 445, e ao Ofício nº 1, de 2011, que encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório de operações de contratação da linha de crédito de capital de giro segundo semestre de 2010.

O Relator é também o Deputado Raimundo Gomes de Matos, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Passo agora, sim, a palavra ao Relator, para pronunciar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em conformidade com os demonstrativos em análise, com todas as exigências estabelecidas por esta Comissão, também votamos pelo arquivamento do Ofício nº 33, de 2010, do Ofício nº 1, de 2011, como também do Ofício nº 31, de 2009, e do Ofício nº 32, de 2010.

Esta matéria já foi amplamente repassada aos Parlamentares, e nós votamos pelo seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório, portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o relatório, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

O relatório também está aprovado, por unanimidade, na representação do Senado Federal.

Próximo item da pauta.

Passo a ler o requerimento do Deputado Domingos Sávio, aqui presente.
Trata-se da apreciação do Requerimento nº 5, de 2013.

“Nos termos regimentais, em especial o art. 29, da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, que seja convidada, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS, para prestar esclarecimentos nesta Comissão, tendo em vista as recentes informações acerca do plano de investimento da empresa, publicadas no jornal Valor Econômico, relacionadas à queda das exportações de petróleo em 46%.”

Deputado Domingos Sávio.

O autor está com a palavra, para a defesa do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta preocupação que eu tenho que, com certeza, não é apenas minha, é uma preocupação de natureza absolutamente suprapartidária, vai de encontro aos interesses nacionais. A PETROBRAS, além da sua importância, sua história, ela é sem dúvida uma das empresas estratégicas do nosso País, e não é apenas este veículo de comunicação a que me referi no requerimento.

Ainda ontem, eu ouvia, em debates em cadeia de TV de rede nacional, figuras com amplo conhecimento na área da economia alertarem para a ausência de investimentos, a diminuição na capacidade produtiva, a dependência externa de importação de gasolina, de *diesel*, de uma série de derivados de petróleo, aliadas a todo esse desequilíbrio na balança comercial brasileira.

Vejam bem. A balança comercial brasileira tem apresentado seguidos déficits. Nós temos, seguidamente, ao contrário do que ocorreu durante um bom tempo,



apresentado um resultado negativo. Nós temos importado mais do que exportamos. Nós temos, de alguma forma, pesado um pouco na capacidade de crescimento do nosso País.

O grande vilão dessa história é justamente o petróleo. Quando se separa esse item, nós nos tornamos superavitários. A agricultura brasileira e uma série de setores do País têm se revigorado, têm feito o seu dever de casa, e a empresa que é orgulho do Brasil, que é estratégica para o nosso País, começa a nos trazer a todos preocupações muito graves.

Nós não podemos colocar debaixo do tapete essas questões. Nós temos que trazer isso a um debate claro, um debate republicano, um debate que leve em conta o interesse nacional. É com esse espírito, Sr. Presidente, que eu apresento esse requerimento.

Nós temos respeito pela Sra. Maria das Graças Foster, mas entendemos que ela precisa nos trazer explicações mais consistentes. Ela nos disse, na outra vez em que aqui esteve, que os planos e investimento estavam caminhando com certa normalidade, mas não é o que vemos na prática.

Outra coisa assustadora é a discrepância entre o que o Brasil planeja gastar e o que efetivamente está gastando para implantar uma refinaria. Talvez em razão disso que vemos essa demora quase incapaz de se planejar, de dizer quando vai funcionar. Algumas refinarias que estão em construção no Nordeste brasileiro tiveram um planejamento inicial de alguns poucos bilhões de dólares — 3 ou 4 bilhões — e já chegam perto da casa de 30 bilhões de dólares, ou algumas passam dessa cifra, chegando a multiplicar dez vezes o valor de planejamento inicial. Trata-se de algo impensável.

Não existe nenhuma economia do mundo que suporta isso. É preciso que façamos um debate republicano, respeitoso, mas com clareza. Senão, todo o esforço, nós não temos dúvida, qualquer Governo que se preza tem que fazer um esforço para manter a inflação sob controle. Mas há quem diga que há algo em torno de 20% de defasagem no preço real de combustíveis, que vem sendo, de alguma forma, equilibrado. Ora, ninguém deseja aumento de combustível. Nós não queremos é ser surpreendidos.



Nós entendemos que o caminho mais apropriado para não sermos surpreendidos com aumento de combustível que amanhã venha gerar inflação é termos um planejamento seguro de investimento para que o Brasil seja autossuficiente de fato no refino. Ocorre que isso não está acontecendo. Mas isso foi dito, foi propagado, aliás, com efeitos eleitorais. Mas, na prática, essa autossuficiência não aconteceu. São bilhões e bilhões de dólares de déficit todo mês na importação de derivados de petróleo e até mesmo de determinado tipo de petróleo.

Portanto, Sr. Presidente, eu acredito que isso é absolutamente justificável. E eu já faço, na forma de convite, porque nós queremos dar a este encontro um caráter extremamente produtivo, um caráter republicano, que vá ao encontro dos interesses do País, para que a Comissão de Orçamento desta Casa, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso brasileiro, os Senadores e os Deputados possam debater com a Ministra com clareza. E aquilo que tiver de ser corrigido seja corrigido, a tempo de evitarmos um caos maior na PETROBRAS, que teve quedas acentuadas no seu desempenho, inclusive repercutindo e sendo a principal vilã, por assim dizer, da Bolsa de Valores do Brasil, que causa impacto até mesmo na credibilidade do Brasil lá fora. Há, portanto, uma série de motivos.

Nós precisamos da presença dela aqui, para debater esta questão com clareza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero elogiar a iniciativa do Deputado Domingos Sávio em convidar a Presidenta, até de maneira elegante como ele se coloca diante deste tema.

Trata-se de uma empresa estratégica para o País, uma empresa que exerce uma função pública também no sentido de estimular o desenvolvimento e de trabalhar um insumo fundamental para o País: o petróleo. É lamentável que se tenha pensado, no passado, em privatizar a PETROBRAS. Ela tem ações em mercado e, ao mesmo tempo, cumpre uma função pública estratégica. E, como tal, vem



perseguindo os seus objetivos de maneira muito consistente, inclusive com a descoberta dos recursos do pré-sal. Nós teremos agora, pela ANP, a licitação do Campo de Libra, um dos maiores campos de petróleo do mundo, com petróleo leve, de excelente qualidade.

A PETROBRAS poderá esclarecer acerca dos projetos e da construção de refinarias importantes para o País, como a de Pernambuco, a de Abreu e Lima, a do COMPERJ.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Do Maranhã, do Ceará.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - No polo petroquímico, no Maranhão e no Ceará, de tal maneira que se possa processar o petróleo brasileiro e diminuir a dependência da importação de petróleo. De fato, há uma defasagem. Nós exportamos o petróleo bruto, que é um petróleo pesado, e importamos produtos refinados que geram diferenças na balança comercial brasileira.

Quanto ao preço da gasolina, é também algo que mereça uma reflexão. Nós não queremos que a gasolina e o *diesel* venham a impactar a inflação brasileira. Então, é natural que o Governo adote medidas cautelosas. Nós já tivemos o reajuste dos preços da gasolina neste ano e poderemos ter outros reajustes em momentos adequados, de tal maneira que a inflação não venha a prejudicar a renda do povo brasileiro, sobretudo da população mais pobre deste País.

Acho importante que a Presidenta Graças Foster venha a esta Casa conversar e discutir conosco. Registro que, nos últimos dias, a PETROBRAS anunciou o seu resultado trimestral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Positivo.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Foi um lucro líquido de 6 bilhões de reais que surpreendeu o mercado, inclusive pelos valores positivos. Acho que a empresa continua sólida, mas sempre será importante que a Presidenta Graças Foster nos esclareça acerca dos temas aqui colocados, que são preocupações do Deputado Domingos Sávio e de todos nós, que devemos debater e esclarecer essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Bittar.

Coloco o requerimento em discussão. *(Pausa.)*



A nossa assessoria comunica que, antes, eu havia colocado em votação o requerimento de inversão de pauta, para que se pudesse deliberar o seu requerimento.

Em votação o requerimento de inversão de pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Encerrada a discussão, coloco em apreciação o requerimento.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Domingos Sávio.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Está aprovado, portanto, o requerimento do Deputado Domingos Sávio.

Passo agora ao próximo item da pauta: Requerimento nº 6, do Deputado Marçal Filho.

“Requeiro a realização de audiência pública para debater questões relativas à execução orçamentária de 2013, convidando a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca de questões relativas à execução orçamentária de 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207, de 31 de maio de 2013, e do Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013; a porcentagem constitucional de aplicação dos recursos na saúde e a execução de emendas individuais de bancada e de Comissão”.



O autor, o Deputado Marçal Filho, está com a palavra para a defesa do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, logo após todas as manifestações registradas nas ruas do nosso País, todos ficaram, inicialmente, meio atordoados com o que estava ocorrendo, tentando procurar saber que motivações levaram as pessoas a este movimento, que se iniciou por causa do transporte coletivo e acabou ampliando-se para outros setores.

Uma pesquisa posteriormente realizada mostrou muito claramente que a questão da saúde é, de longe, o maior problema do nosso País. Nós falamos de um País que está se desenvolvendo, falamos de um País que está investindo em infraestrutura, falamos de um País que teve ganhos significativos na questão social, um País que economicamente tem se destacado internacionalmente. Nada disso nós podemos esconder. Mas a forma como as pessoas vêm sendo atendidas na área da saúde pública hoje não combina com este País que nós estamos vendo. O que vejo é que tudo aquilo que foi prometido em relação à saúde — que os recursos não seriam contingenciados para esta que é uma área considerada sagrada, que o percentual constitucional seria respeitado — não tem acontecido, o que nos preocupa muito fortemente.

Pode-se colocar qualquer motivo. Fala-se aqui na necessidade de realização de uma reforma política — eu sou um dos que advoga a favor dessa causa —, mas o que a população quer é a melhoria na qualidade do atendimento à saúde pública deste País. O que vem acontecendo no Brasil é algo cruel, que tem que tocar a sensibilidade do homem público, e nós estamos sendo cobrados nisso diariamente.

Há pouco publiquei no meu *Facebook* que participei de uma audiência no Ministério da Agricultura na qual eu disse que havia conseguido alguns implementos agrícolas. Logo apareceu uma pessoa dizendo: *“Você está atrás de implementos agrícolas, enquanto nós estamos morrendo nas filas dos hospitais, estamos morrendo nos corredores dos hospitais?”*

Enquanto não se colocar a saúde como prioridade absoluta, nós vamos crescer muito nos números. Crescemos muito na posição em que nos encontramos economicamente. Mas é preciso que tomemos consciência, como Governo que



todos nós somos, como Estado e como poder público, do qual fazemos parte, de que aquilo que nós falamos tem que combinar com aquilo que nós realizamos.

A execução orçamentária de 2013, principalmente no tocante à saúde, não vem sendo aquilo que nós aprovamos nesta Comissão, que nós aprovamos no plenário do Congresso Nacional.

É isso que eu gostaria de trazer a debate com a presença da Ministra do Planejamento, que garantiu que os recursos da saúde seriam intocáveis. A despeito de todo o esforço que o Ministro Alexandre Padilha vem fazendo, eu sou um daqueles favoráveis à medida de trazer médicos seja de onde for. Eu sou favorável a qualquer medida que venha a melhorar a saúde pública deste País.

Às vezes, questões ideológicas são colocadas, enquanto as pessoas estão morrendo. Muitos levantam questões ideológicas referentes a Cuba, seja de onde for. Dizer que as pessoas não vão entender a língua falada por um médico espanhol ou por um médico cubano? Ora, eu moro no Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com o Paraguai. Todo mundo lá se entende. Que história é essa? Nós, que moramos em região de fronteira, atendemos inúmeras pessoas do Paraguai. Nós nos entendemos muito bem. Então, nós temos que aplaudir iniciativas como estas.

Esse esforço vem sendo feito. Ao lado disso, esta gestão envolve, evidentemente, um País continental, um País do tamanho do Brasil, que possui um Sistema Único de Saúde. Isso é inédito no mundo, difícil de controlar. É difícil fazer uma gestão que possa fechar esses ralos existentes, mas não podemos tapar o sol com a peneira e não dizer aqui que é preciso mais dinheiro, mais investimento, mais recurso para a área da saúde. E muitas vezes é colocado, mas não é executado. E é isso que a gente gostaria de ver a Ministra do Planejamento falar.

Eu vim para esta Casa em 1996 e sempre, nos Governos anteriores também, havia uma dissonância entre os Ministros da área social com os Ministros da área econômica. Parece que os Ministros da área econômica são insensíveis, com corações empedernidos, porque, de um lado, ficam os Ministros da área social pedindo pelo amor de Deus que liberem mais recursos, que tem gente morrendo por falta de atendimento; do outro lado, vêm os Ministros da área econômica e dizem: *“Não, os números são esses; então, temos de cortar aqui e ali”*.



Então, eu gostaria de ter essa audiência pública nesta Comissão para discutirmos, especificamente — falei aqui de várias —, em relação à área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Primeiro, gostaria de passar a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, que se inscreveu antes. A seguir, passarei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Se o Deputado Berzoini permitir, eu quero só fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero só lembrar que, no final deste mês, Deputado Marçal, vamos receber a proposta orçamentária, e, tradicionalmente, a Ministra do Planejamento é convidada para vir aqui apresentá-la.

Sugiro que nós aproveemos esse requerimento, mas façamos coincidir a vinda da Ministra para a discussão do Orçamento já no início do próximo mês.

Apenas esta sugestão, para economia de tempo dela e nosso também.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Se me permite, Deputado Bittar, talvez seja até o momento mais exato para a gente cobrar, porque aí vamos estar iniciando uma outra peça orçamentária, para que não se repita o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente e Deputado Marçal, concordando com a preocupação, acho que é crucial para o Orçamento da União o debate sobre a saúde hoje no Brasil. Nós tivemos, há poucos anos, uma disputa política que, lamentavelmente, redundou na perda da CPMF, que, embora não fosse 100% para a saúde, era um aporte de recurso considerável para a saúde. Uma disputa política que ocorreu no Senado, porque esta Casa aprovou a prorrogação da CPMF, depois de sucessivas obstruções por parte da Oposição, mas houve a decisão política de se fazer efetivamente a prorrogação com base numa



série de compromissos assumidos pelo Governo Federal de execução: primeiro, da exclusividade da receita; da mudança da alíquota; e de uma série de critérios de controle. Inclusive, baseado nessa receita, havia a elaboração de um plano chamado PAC da Saúde, cujo objetivo era exatamente aumentar os investimentos em infraestrutura e melhorar a distribuição dos serviços no território nacional. Lamentavelmente, no Senado Federal, na época, por uma disputa política, a prorrogação teve maioria, mas não alcançou a maioria constitucional necessária.

Então, é preciso, sim, discutirmos com profundidade o financiamento da saúde, mas sem também que nós tenhamos ilusões. O Orçamento da União é como qualquer cobertor: se você puxar muito para um lado, descobre o outro pedaço. Portanto, é necessário aprofundar o debate sobre o financiamento do ponto de vista tributário, para que nós possamos pensar não daqui a 2 ou 3 anos, embora eu reconheça a urgência que o Deputado Marçal coloca na sua argumentação, defendendo o seu requerimento, mas do ponto de vista de pensar uma estratégia para 10 ou 20 anos capaz de dar conta no curto prazo, mas fundamentalmente no médio e longo prazo.

Então, nesse sentido, concordando com a ponderação do Deputado Bittar, nós possamos fazer, talvez, um debate mais amplo da seguridade social e da saúde, a partir desse requerimento do Deputado Marçal Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Ricardo Berzoini.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para que possa fazer também a discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Marçal pela iniciativa. É fundamental que a gente debata com os Ministros da área econômica e, em especial, da área de planejamento essa decisão de ficar contingenciando recursos da saúde, que já são insuficientes. Antes de completar o raciocínio com relação à importância da vinda da Ministra, não posso deixar também de manifestar o meu pensamento com relação a essa matéria que o Deputado Berzoini aborda sobre o fim da CPMF. Eu tenho por ele um respeito enorme, mas não posso deixar de registrar a minha discordância no sentido de dizer que a CPMF foi um acerto desta Casa.



Não tenho a menor dúvida de que a CPMF, que foi criada com prazos e que já havia sido por algumas vezes reeditada ou prorrogada, era uma forma perversa de bitributar e ficar tirando das pessoas, através das operações financeiras, algo por que elas já pagaram em todas as formas de imposto que há num País, em que se paga muito imposto. O nosso País é um dos países em que mais se paga imposto no mundo. E não é esse nunca o motivo de falta de investimento na saúde.

A decisão de governos se dá em cima das receitas correntes destes próprios governos. A decisão de qualquer governo vem da vontade real de definir as suas prioridades. E saúde é prioridade, num país que arrecada trilhões de reais, num país que tem, sim, uma das maiores receitas e a maior carga tributária do mundo. É uma questão de tomar a decisão política. E, o pior é que, depois de tomada a decisão política ainda se contingencia.

Portanto, além de cumprimentá-lo pela iniciativa, quero dizer que devemos, também nessa matéria, fazer aqui um debate republicano, claro, franco de que é inaceitável contingenciar algo que envolve a vida das pessoas. Como é que se contingencia e diz que é menos importante salvar a vida de um brasileiro? Como é que alguém pode fazer isso, contingenciar recurso orçamentário onde está faltando?

Esta Casa está recebendo agora, e amanhã vai ser entregue ao Presidente, um projeto de iniciativa popular com 1,5 milhão de assinaturas. Mas, não é nenhuma novidade, esta Casa já se debruçou sobre essa matéria. Todos os Deputados de todos os partidos manifestam que têm o desejo de ver pelo menos 10% das receitas do Governo aplicadas em saúde pública. No entanto, o pouco que é colocado no orçamento ainda é contingenciado.

Além de concordar com V.Exa., eu quero fazer um apelo a V.Exa. e ao Deputado Danilo, que já esteve aqui. Há uma emenda de nossa autoria — eu acredito que essa emenda pode ter até a iniciativa vinda também de outros colegas, quiçá que seja de todos — que coloca na LDO que fica absolutamente definido que não se podem contingenciar recursos da saúde. Vamos aprovar o orçamento da saúde. É sabido que ele é insuficiente. Então, não se pode contingenciá-lo. Se o Governo quiser contingenciá-lo, que ele peça autorização ao Congresso para a gente discutir com o País se é razoável contingenciá-lo.

Então, vamos colocar isso na LDO.



O orçamento é feito. Ele não é impositivo, mas pode-se colocar uma cláusula dizendo que isso não está sujeito a contingenciamento, até porque já existe um princípio constitucional que tem que ser respeitado

Sr. Presidente, vamos fazer uma discussão republicana e nos unir em torno da questão da saúde. Não vamos ficar querendo remexer lá no passado, querer estabelecer culpa de “a” ou “b”, porque acabou com a CPMF. Isso não tem nada a ver. A CPMF era bitributação. Ela foi criada sob a denominação de contribuição com prazo fixo, foi prorrogada, não significou aumento de investimento na saúde e fatalmente iria ser um imposto a mais nas costas do brasileiro de maneira eterna sem resolver o problema da saúde.

Então, o problema da saúde tem que ser decisão de Governo e não vinculação deste ou daquele imposto. Imposto já há demais. O que precisa é decisão política de investir em saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo agora a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero também cumprimentar o Deputado Marçal Filho pela iniciativa deste requerimento em que se trata de um tema da mais alta importância para o povo brasileiro, que é a saúde.

Nós precisamos encontrar meios para o financiamento da saúde. Nós temos essa proposta, que está chegando, de mais 10% das receitas correntes líquidas, para que sejam investidas na área da saúde. É uma medida importante que nós temos que analisar e debater nesta Casa.

Deputado Domingos Sávio, nós temos que evitar que a área da saúde seja objeto de desvinculação da receita da União. E, aí, estaríamos evitando o contingenciamento e fazendo com que todos os recursos da saúde aprovados no Orçamento sejam aplicados.

Portanto, é realmente importante a vinda aqui da Ministra do Planejamento, para que nós possamos travar um debate nesse sentido. Mas discordo que seja na mesma sessão de apresentação do Orçamento. Esse debate deveria ser



antecipado, para que nós pudéssemos ter, na entrega da peça orçamentária, algo nesse sentido.

Assim, Sr. Presidente, voto totalmente favorável a esse requerimento. E acredito que será um bom debate, nesta Comissão, a questão da saúde, principalmente neste momento em que estamos discutindo o programa Mais Médico, Mais Saúde. Estamos discutindo a questão da falta de recursos para este programa importante, que é o SUS — Sistema Único de Saúde do Brasil. Talvez, seja um dos programas mais bem idealizados, mas que precisa de recursos para funcionar.

Nesse sentido, esta Comissão tem o dever de debater e encontrar também caminhos para que nós possamos ter financiamentos para a área da saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado José Rocha.

Passo agora a palavra ao Deputado Cajado, para que encerremos a discussão desse tema.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Serei breve, Sr. Presidente.

Quero apenas reafirmar a nossa condição de debatedores dessa questão. É fundamental que possamos discutir e eu vejo que a base do Governo quer fazer essa discussão. Vai votar favorável — pelo menos, é o que se depreende dos encaminhamentos dos que se utilizaram da palavra nesse sentido —, o que é positivo, porque o debate é fundamental.

Na execução orçamentária do Governo, no nosso ponto de vista, há uma série de fatores negativos e nós precisamos discuti-los, pontuá-los, no intuito de construir caminhos alternativos que sejam positivos.

Quando nós discutimos o Orçamento do País, nós discutimos as políticas públicas. É em cima da discussão orçamentária que nós efetivamos ou não as políticas públicas, de forma geral, na saúde, na educação, na infraestrutura, na ação social. Então, é fundamental.

Nós temos aí uma oportunidade de trazer esses assuntos ao debate. Eu irei me preparar para apresentar não apenas os entraves que, do nosso ponto de vista, poderiam ser retirados para uma melhor eficiência na execução orçamentária, como também as críticas que o Governo deve ouvir. Se efetivamente a Ministra vier... E



cabe a V.Exa., Sr. Presidente, Senador Edison Lobão Filho, se aprovado o requerimento, entrar em contato e pautar a data para que possamos fazer a discussão. Sem sombra de dúvida, o Deputado Marçal contribui para o engrandecimento da Comissão e, principalmente, para o debate, no viés de aqui fazermos críticas construtivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa., ao dizer que vai se preparar, assusta-me profundamente.

Então, a discussão está encerrada.

O requerimento, portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Marçal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, à guisa de informação, depois que a Presidenta Dilma Rousseff disse que acredita no ET de Varginha, nada mais me assusta. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Passo ao próximo item da pauta. São três itens.

Pergunto ao plenário se poderemos votar em bloco, porque dizem respeito ao relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que discorde, faremos em bloco.

Apresentação do relatório ao Ofício nº 16, de 2012, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, o relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica — APO, referente ao segundo semestre de 2011.

O autor é o Senador Aníbal Diniz, que se encontra ausente, e vota pelo arquivamento da matéria.



Eu passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar para que, *ad hoc*, faça o relatório.

Com a palavra o Relator. (*Pausa.*)

Perdão, Deputado, vou ler as ementas dos três. Já li a do primeiro.

A do segundo: apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 55, de 2012, que encaminha o mesmo relatório de atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2012.

O voto é pelo arquivamento também da matéria.

Por último, apreciação do relatório apresentado pelo Ofício nº 23, de 2013, que encaminha também o mesmo relatório de atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica — APO, no segundo semestre de 2012.

O voto também pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como já ficou claro pela leitura da matéria, objeto de apreciação por este plenário, tratam-se de três relatórios semestrais da Autoridade Pública Olímpica, que foram encaminhados a esta Casa, e estão a nossa disposição.

Esses relatórios decorrem do cumprimento do art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

O nosso voto é pelo arquivamento dos três relatórios.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir ...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, coincidentemente, quis o destino que no dia da apreciação deste relatório o Brasil tomasse



conhecimento da solicitação de afastamento do Sr. Márcio Fortes, que preside a Autoridade Pública Olímpica.

O relatório registra que as atividades tiveram início no dia 7 de julho de 2011, com a nomeação do Sr. Márcio Fortes. É bom lembrar matéria publicada há alguns dias:

“A Presidenta Dilma Rousseff deve se reunir hoje” — era o dia 6 — “com o Presidente da APO, Márcio Fortes, para tentar convencê-lo a permanecer no cargo. Fortes estaria incomodado com a pressão que vem recebendo do PCdoB, legenda que comanda o Ministério do Esporte, e sempre sonhou em ter Autoridade Pública Olímpica como um belo apêndice da Pasta. Dilma deve assegurar uma diminuição do apetite dos comunistas.

A guerra do Partido Comunista do Brasil para assumir o APO começou ainda durante o governo de transição, quando o Ministério do Esporte era comandado pelo então Ministro Orlando Silva. Silva defendia que o partido, por ter longa experiência no setor esportivo e por comandar a Pasta que implementa a política na área, deveria ter o direito de comandar a Autoridade Política Olímpica.”

O fato é que Dilma Rousseff, no entanto, indicou o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para o cargo, que durou pouco tempo, insatisfeito com a falta de autonomia e a perda de prestígio da Autoridade Pública Olímpica. Ou seja, culmina hoje com o afastamento do Sr. Márcio Fortes, ficando clara a total ingerência do Governo, comprometendo a autonomia dessa entidade importante para gerenciar algo que, mais do que os preparativos para um grande evento internacional, aí sim, tem a responsabilidade de ajudar a consolidar e construir a estrutura que fica para o Brasil após os jogos. Qual é a estrutura que fica para atender a população do Estado do Rio de Janeiro com a infraestrutura necessária? Os jogos durarão 30 dias, e fica um investimento de centenas ou dezenas de bilhões de reais de toda a população brasileira concentrado no Estado do Rio de Janeiro, o



que vai fazer bem ao País, desde que a população do Rio de Janeiro possa receber o retorno desses investimentos.

Portanto, hoje esse relatório chega à Comissão Mista de Orçamento coincidentemente no momento em que o seu dirigente deixa o cargo por pressões do Ministério junto à Autoridade Pública Olímpica. Fica, nesse episódio também, mais uma vez, a posição contrária do PSDB, pela preocupação com o modo como está se dando a condução dos investimentos, dos preparativos das Olimpíadas, sobretudo na infraestrutura necessária para atender a população.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bruno.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero só fazer o seguinte comentário. Como o Deputado Bruno sabe, eu sou do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou conceder a palavra a V.Exa. Depois de iniciada a votação, não deveria, mas vou conceder de forma carinhosa também, para não dizer que é apenas com o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Que isso não se caracterize como um precedente regimental. Não é isso? Realmente, eu fui lento aqui: *“Devo falar? Não devo falar?”*

Os investimentos para os jogos olímpicos, tanto os investimentos nos equipamentos esportivos, quanto os investimentos no chamado legado social dos jogos olímpicos caminham bastante bem na cidade do Rio de Janeiro. Eu até, no final do ano passado, estive na Prefeitura. Fui Secretário Municipal de Habitação da cidade. Enquanto tal, cumpri meu papel nessa área de habitação, que é uma das referências de legado histórico. Nós fizemos 60 mil unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, urbanização de favelas. Há investimentos em transportes, em saneamento básico, em meio ambiente, além dos equipamentos esportivos. Surgem notícias sobre eventuais conflitos com o Ministério do Esporte, com a APO e com o Governo do Estado. São conflitos naturais que surgem de organizações que tratam do planejamento e da gestão de importantes investimentos.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Às vezes até inexistentes — existentes apenas na imprensa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Exatamente.

A Presidenta Dilma Rousseff saberá lidar, com sabedoria, com essa questão. O Ministro Márcio Fortes, hoje Presidente da APO, é uma figura que merece todo o nosso respeito. Foi um excelente Ministro das Cidades, além de várias outras funções públicas, como membro de carreira do Ministério das Relações Exteriores, da diplomacia brasileira. Ele merece todos os nossos elogios e todo o nosso apoio. A nossa Presidenta saberá lidar com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

Em votação agora na representação do Senado Federal, em bloco.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está também aprovado.

Eu quero colocar agora em votação um requerimento do Deputado Evandro Milhomen que pede a inclusão extrapauta dos Ofícios nº 17, de 2012, nº 54, de 2012, nº 31, de 2012, e nº 44, de 2012. Todos se referem a relatórios gerenciais trimestrais do BNDES, nesta reunião ordinária.

Eu coloco em votação.

Os Deputados que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.



Portanto, eu vou ler os quatro relatórios, que também poderão ser votados em bloco, com a anuência deste Plenário, para que o Deputado Evandro Milhomen possa fazer o seu relatório.

Apreciação do relatório apresentado no Ofício nº 17, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, §6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Apreciação do relatório apresentado no Ofício nº 54, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, §6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012.

O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 31, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES, referente ao primeiro trimestre de 2012. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Finalmente, apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 434, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES, referente ao segundo trimestre de 2012. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Agora, o Deputado Evandro Milhomen está com a palavra para a defesa do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, como os outros relatórios, nós queremos identificar e registrar a qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa dificuldade de exposição no que toca ao cálculo do custo financeiro do empréstimo, atende às exigências legais do dispositivo. Mas também, conseqüentemente, sugere-se uma maior participação das empresas de portes pequeno e médio, e microempresa de crédito concedido.

Portanto, Sr. Presidente, essa análise do relatório é extremamente positiva, e, pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo dos relatórios por V.Exa. aqui lidos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Evandro Milhomen.

O relatório, agora, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O relatório está aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O relatório está aprovado por unanimidade.

Passamos ao último item da pauta.

Há um requerimento do Deputado Jorge Bittar para que haja uma inclusão extrapauta da apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional sobre o relatório de avaliação de receitas e despesas.

Coloco em votação o pedido de inclusão extrapauta na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

Coloco também em votação para a inclusão extrapauta no Senado Federal.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Qual o período, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Período de 2010. *(Pausa.)*

Portanto, a inclusão está aprovada também no Senado Federal.

Passo à apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional, encaminhado nos termos do § 4º do art. 70, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, sobre o relatório de avaliação de receitas e despesas referentes aos seguintes bimestres de 2010: Mensagem nº 15, de 2010, primeiro bimestre; Mensagem nº 31, de 2010, segundo bimestre; Mensagem nº 88, de 2010, terceiro



bimestre; Mensagem nº 129, quarto bimestre; e Mensagem nº 168, de 2010, quinto bimestre.

O Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

Eu passo, *ad hoc*, para o Deputado Jorge Bittar...

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vejo que V.Exa. está se aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Da sua boa vontade... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ... da boa vontade. Exatamente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Mas esse é o último item da pauta. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Eu ia pedir a V.Exa., e a boa vontade serve por agora, para que V.Exa. não se acostume muito, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Está certo, está certo. (*Risos.*)
Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Dada a enorme generosidade do Deputado Claudio Cajado eu...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - S.Exa. se inspirou em Jorge Amado, no personagem Odorico Paraguaçu e companhia. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Vou passar a ler o meu voto.

Os relatórios de avaliação propiciam ao Congresso Nacional o acompanhamento das projeções de receitas e despesas da União, dentro de determinado exercício, com vistas a auxiliar o processo de fiscalização e a confirmar a adequação dos esforços para o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. Não obstante a relevância desse documento, passados 3 anos, seu debate não tem mais o condão de permitir qualquer mudança nos rumos da política fiscal do período.



Recomendo, portanto, o arquivamento dos processos.

É o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o relatório.

Coloco, agora, em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o relatório.

Srs. Parlamentares e colegas, eu quero fazer um convite a V.Exas. porque a nossa assessoria técnica informa que temos algumas características singulares, este ano, na LDO em função da novidade do orçamento impositivo.

Então, eu quero convidar meus colegas da Comissão e todos os Líderes dos partidos para amanhã, às 15 horas, uma exposição da assessoria sobre essas novas características e suas consequências. Vamos ouvir juntos a assessoria e com ela interagir.

(Não identificado) - Neste plenário?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Neste plenário ou na sala de reuniões, dependendo do número de Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pessoalmente tenho um compromisso inadiável amanhã, às 15 horas. V.Exa. poderia postergar um pouco essa reunião ou antecipá-la?

(Não identificado) - Eu o represento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com o beneplácito do Plenário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu teria muita honra de V.Exa. me representar em outra oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Amanhã é um dia bem tranquilo, não há nenhuma outra votação desta Comissão. Pergunto ao Plenário se poderia ser às 16 horas. Está bem às 16 horas para V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está bem às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pode ser às 16 horas, Deputado Bittar, Deputado Florence? *(Pausa.)*

Marcado para as 16 horas. Que fique registrado na ata.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É só sobre a LDO a exposição da assessoria técnica?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só. Que a assessoria convide todos os Parlamentares.

Declaro encerrada e concluída a votação das matérias constantes da pauta.

Encerro os trabalhos desta Comissão, convocando reunião ordinária para o dia 20 de agosto, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Cancelo a reunião extraordinária que seria realizada no Plenário 2, do dia 14, amanhã, quarta-feira, às 14h30min.

Lembro aos Parlamentares que está aberto o prazo para apresentação de emendas à LDO 2014 e que este prazo se encerrará na quinta-feira, dia 15, às 18h30min. E, para o auxílio das Lideranças e Gabinetes foi disponibilizada na página da Comissão Mista de Orçamento uma videoaula para elaboração e envio dessas emendas via sistema.

Boa noite a todos os Parlamentares. E obrigado pela presença maciça nesta terça-feira.

Está encerrada a reunião.